

Projeto resguarda pássaros silvestres

A manutenção de pássaros silvestres em cativeiro sem autorização do órgão competente é uma infração comum cometida contra o meio ambiente. O apego ao animal pode ser grande... Mas maior ainda é a função biológica que ele tem na natureza. Despertar essa consciência é um dos objetivos do Projeto *Pássaros*, desenvolvido pelo Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte em parceria com a Promotoria Estadual do Meio Ambiente.

Páginas 6 e 7

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - OUTUBRO - 2009
ANO 15 - NÚMERO 143



Em busca de afetos

Pessoas do mundo inteiro são, cada vez mais, adeptas dos animais de estimação. É comum lermos notícias sobre essa prática em várias partes do planeta. Paris é um reconhecido exemplo de amor pelos cães. Em crônica de "O Estado de São Paulo", de 1998, Mário Prata dizia: "Hoje, na França, o índice de natalidade é de apenas 0,6%. E o de cachorro é de 6,8%. Segundo os meus cálculos, no ano 2.128, não vai mais ter francês na França. Só cachorros. (...) Aliás, hoje em dia, já tem mais cachorro do que francês por aqui."

Desde então, a opção pelo animal de estimação se intensificou de tal forma que, no último dia 3 de agosto, a "Revista da Folha" trouxe reportagem com o seguinte título: "Animal de estimação deve ser preparado para a chegada do bebê". São contadas várias histórias de cães tratados com muito carinho e como "filhos únicos" da casa que se ressentiram com a chegada do bebê. As consequências demonstradas variam da perda de pelo até ataques a bebês.

O zootecnista Alexandre Rossi, um dos entrevistados, critica o excesso de "mimo" e diz que a situação é administrável: "Se o novo momento for tratado com naturalidade e o cachorro, com respeito, tudo dará certo." A veterinária Rubia Burnier alerta

para o perigo de tratar *pets* como filhos: "A relação é diferente. Podemos amá-los, mas temos que respeitá-los como animais". É também feita a distinção quanto aos felinos - estes são mais independentes e, geralmente, não se ressentem tanto com esse tipo de situação como os cães.

Que perguntas podem ser feitas sobre essa preferência crescente pelos animais de estimação? Antes de questionar, é necessário destacar que vários profissionais enfatizam que esse tipo de relacionamento é favorável, especialmente, para crianças, idosos ou enfermos, sendo recomendável em todas as idades. Enquanto há alguns anos, o cantor Eduardo Dusek, de maneira irreverente, cantava "troque seu cachorro por uma criança pobre", existem hoje movimentos e *sites* que incentivam a adoção de animais abandonados.

Voltando às indagações, várias delas poderiam ser feitas. As dificuldades de relacionamento humano têm incentivado as pessoas a escolherem os animais? O mundo atual, com seu individualismo e tempo reduzido, gera solidão e poucas oportunidades de convivência? As responsabilidades de assumir um filho ou mesmo a possibilidade de decidir sobre não tê-los levam as pessoas a buscarem outras alternativas? Por que, cada vez mais, as pessoas

possuem animais de estimação? Está mais difícil administrar os conflitos entre seres humanos?

Até agora, foram abordados casos de animais domésticos. Mas há relatos de pássaros, répteis e diversas outras espécies que têm sido levados para casas ou apartamentos. As pessoas têm o direito de tirar os animais de seu *habitat* natural e mantê-los "cativos"? O que é melhor para o animal? E para as pessoas?

Os ambientalistas entendem, de modo geral, que lugar de animal silvestre é no seu ambiente peculiar. Existem leis que disciplinam a questão, estabelecendo regras para que animais sejam mantidos em domicílios, especialmente em apartamentos. O assunto suscita muita discussão e sempre haverá questões novas a serem debatidas, exigindo, é claro, atualizações legais.

O que não pode ser esquecido, diante de toda essa situação, é a necessidade humana e dos animais de afeto, respeito e solidariedade. Todo relacionamento, especialmente com aqueles que não têm voz, precisa ser estabelecido numa ótica favorável a ambos e, de uma forma mais ampla, favorável à sociedade e ao meio ambiente.

EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de MG

Presidente: Sérgio Antônio de Resende;

1º Vice-Presidente: Cláudio Costa;

2º Vice-Presidente: Reynaldo Ximenes Carneiro;

3º Vice-Presidente: Jarbas Ladeira;

Corregedor-Geral: Célio César Paduani;

Superintendentes de Comunicação:

Alexandre Victor de Carvalho, Antônio Armando dos Anjos; Secretário

Especial da Presidência: Luiz Carlos

Elói; Secretária do Presidente: Sidneia

Simões; Assessor de Comunicação

Institucional: Ronaldo Ribeiro; Gerente

de Imprensa: Wilson Menezes;

Editoras e Jornalistas Responsáveis:

Ione Bernadete Dias - RP nº 1929/MG e Patrícia Melillo - RP nº MG

04592/JP; Revisão: Patrícia Melillo e Manuela Ribeiro; Design Gráfico: Narla

Prudêncio; Ilustrações: Beto Nunes;

Fotolito e Impressão: CGB Artes Gráficas Ltda;

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º andar - Centro - Belo Horizonte - MG CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia: 31 3299-4622

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.



Renata Mendes

Instalação de Vara em Igarapé

A comarca de Igarapé, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, passou a contar com a Vara de Execuções Penais, da Infância e da Juventude e de Cartas Precatórias Criminais, desde o dia 10 de setembro. Com a nova vara, Igarapé passa a integrar o rol das comarcas de 2ª Entrância. A cerimônia aconteceu no Fórum Doutor Sebastião Patrus de Souza, com a presença do presidente do TJMG, desembargador Sérgio Resende; da diretora do Foro da comarca de Igarapé, Andréa Faria Mendes Fonseca; e do prefeito da cidade, José Carlos Dutra, dentre outros.

Servidores do Setor de Autuação numeram as folhas e colocam capa nos processos



Projeto da Direção do Foro de BH traz bons resultados

Luciana Coelho

No início deste ano, a Direção do Foro da Capital implantou projetos alternativos na tentativa de aprimorar e desafogar o trabalho das Secretarias de Juízo, que há muito tempo operam além de suas capacidades estruturais. As primeiras inovações foram a criação do Setor de Autuação e a reestruturação do Arquivo Geral de Processos, agora denominado Central de Arquivo Forense (CAF). As alterações já rendem bons resultados para diversas varas da 1ª Instância, beneficiadas com a diminuição das atribuições da secretaria, e para os advogados e procuradores, com a celeridade no atendimento.

O Setor de Autuação funciona atualmente com 18 funcionários e atende 24 varas cíveis do Fórum Lafayette, as varas da Fazenda Pública Estadual, as da Fazenda Municipal, a de Feitos Tributários e a Vara de Atos Infracionais da Infância e da Juventude. De acordo com a diretora da Central de Distribuição do Fórum, Sílvia Rosa, depois de cadastrados os dados no Distribuidor, os autos do processo são enviados ao Setor de Autuação para numeração das folhas e para receberem a capa, tudo conforme as normas de Instrução Padrão de Trabalho (IPTs), determinadas pelo Sistema de Padronização Organizacional do TJMG.

A escrivã da 11ª Vara Cível, Laura Maria Silva Araújo, destacou que os serviços do Setor de Autuação agilizam o atendimento e ajudam a colocar as petições iniciais em dia. Para a escrivã Maria das Graças Dinelli, da 7ª Vara Cível, a autuação executada pelo se-

tor é excelente, pois diminuiu o trabalho da secretaria. "O Setor de Autuação nos permite realizar somente os serviços jurisdicionais", comenta.

Central de Arquivo Forense

De acordo com o coordenador da Central de Arquivo Forense, Bernardo de Assis Cambraia Diniz, o Arquivo atendia somente às Secretarias de Juízo e agora passou a atender diretamente os advogados ou as partes interessadas nos processos baixados. A Central possui também a incumbência de realizar movimentações no Sistema de Informatização dos Serviços das Comarcas (Siscom) dos processos arquivados e informar o número do maço (endereço de arquivamento do processo).

Para a escrivã da 23ª Vara Cível, Diuza Barcelos, foram ótimas as mudanças nos serviços auxiliares. "Perdíamos muito tempo fazendo maço para baixar os processos, e, agora, com a Central de Arquivos Forense incumbida de fazer isso, ficou mais fácil arquivá-los", conclui.

A coordenadora do Departamento de Apoio ao Advogado da Capital (Daac), Maria Aparecida Rossi, também elogiou as mudanças. "Gostei muito da iniciativa dessa

portaria e muitos advogados a aprovaram", afirma.

O diretor do Foro de BH, Marco Aurélio Ferenzini, explica que essas são apenas as primeiras mudanças realizadas. Ele relata que estão sendo implementadas também alterações nas atividades da Central de Certidões e do Serviço de Atendimento ao Cidadão (Seac), que passarão a atuar em conjunto, propiciando um atendimento mais humano, célere e adequado àqueles que necessitam de seus serviços. Acrescenta ainda que já estão funcionando estandes de atendimento ao cidadão nas portarias do Fórum - ruas Paracatu e Ouro Preto -, para realizar consultas relativas à movimentação proces-

sual. De acordo com o diretor do Foro, essa inovação já diminuiu consideravelmente as filas e o tempo de espera por atendimento na Central de Certidões.

O magistrado destaca ainda as proveitosas deliberações

tomadas com base nas reuniões realizadas pelos Colégios de Magistrados, Servidores e também pelo Fórum Permanente de Debates entre Corregedoria e OAB, todas elas reafirmando a ideia de que uma administração participativa é sinônimo de uma gestão mais justa e eficiente.

Uma administração participativa é sinônimo de uma gestão mais justa e eficiente"

Dispositivos garantem celeridade à Justiça

Daniela Lima

“A cobrança de tarifa básica pelo uso de serviços de telefonia fixa é legítima”. “Não pode ser cobrado Imposto de Renda sobre valores de complementação de aposentadoria e de resgate de contribuição junto a entidade de previdência privada”. “A ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em cadastro de restrição ao crédito é suficiente para caracterizar o dano moral”; mas “o devedor contumaz já inscrito no cadastro de restrição de créditos não tem direito à indenização por falta de notificação prévia de nova inscrição negativa”.

Esses são alguns exemplos de decisões que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificou por meio do julgamento de recursos repetitivos. A regulamentação do novo dispositivo, introduzido pela Lei 11.672/08, completou um ano no último mês de agosto e, nesse período, reduziu em 34% o número de processos que subiram para o STJ em todo o país.

Similar ao instituto da repercussão geral do Supremo Tribunal Federal (STF), o recurso especial repetitivo é um recurso paradigma escolhido pelo STJ, ou indicado pelos tribunais estaduais, que representa um grande número de recursos especiais sobre a mesma matéria.

Segundo o desembargador Jarbas Ladeira, o recurso especial repetitivo e o instituto da repercussão geral trouxeram modificações substanciais à tramitação dos processos nos tribunais estaduais. Com a possibilidade do juízo de retratação, por exemplo, a tramitação de cada recurso (especial e extraordinário) fica, em Segunda Instância,

mais alargada, na tentativa de se evitar que determinado processo siga para o STJ ou STF, desnecessariamente.

“Seu rito pode parecer, em princípio, mais extenso que o dos processos isolados, mas, em contrapartida, chega-se a resultado final mais rápido do que o proveniente dos tribunais superiores, em que se concentram os processos remetidos por todo o País” avalia Jarbas Ladeira.

Com o novo texto, o STJ analisa uma questão legal uma única vez, e a decisão daí originada deve ser aplicada aos casos futuros pelas instâncias inferiores. O que se espera, com o novo instituto, é que os juízes e de-

sembargadores passem a observar a decisão consolidada pelos tribunais superiores ao julgarem causas idênticas, possibilitando chegar a uma decisão definitiva já nas instâncias inferiores.

A iniciativa, portanto, é de suma importância para o alcance de uma prestação jurisdicional mais célere, com rápida resposta aos litigantes e a toda sociedade. Permite também resgatar a função constitucionalmente concebida para o STJ. “O recurso especial repetitivo nasce de uma imposição da nossa realidade. O STJ vinha, pelo volume de processos que ali aportavam, se desvirtuando de sua missão, pois estava sendo transformado em apenas mais um grau recursal”, conclui Jarbas Ladeira.

A lista completa dos repetitivos julgados e dos que aguardam decisão pode ser acessada no *site* do STJ (www.stj.jus.br).

Com o novo texto, o STJ analisa uma questão legal uma única vez, e a decisão daí originada deve ser aplicada aos casos futuros pelas instâncias inferiores”

Guilherme Dardhanhan



Os processos que discutem a mesma matéria ficam suspensos nos tribunais aguardando a decisão do paradigma



Sustentabilidade é marca da 14ª Semana do Servidor

Lígia Tolentino

O Tribunal de Justiça realiza no início de novembro a 14ª *Semana do Servidor*, com o tema: "Sustentabilidade: Uma questão de atitude". O evento, além de promover o encontro e a integração entre magistrados, servidores e funcionários terceirizados, terá, desta vez, o objetivo de estimular a participação de todos para criar um cotidiano de trabalho mais sustentável, em sintonia com outras ações já desenvolvidas pelo TJMG, por meio do programa *Sustentabilidade Legal*.

A novidade deste ano fica por conta da realização de uma gincana, para estimular os servidores à mobilização pela busca de um trabalho sustentável. Serão promovidas diversas disputas, sempre ligadas ao tema. Também serão realizados os já tradicionais bazares, mas, desta vez, além dos produtos dos servidores haverá a participação de expositores de instituições que realizam trabalhos com material reciclado.

Juciela Salviano, oficial de apoio judicial em Belo Horizonte, participou por duas vezes da exposição de artesanato e acredita que a atividade já é, por si, um incentivo à sustentabilidade: "O artesanato utiliza a reciclagem de muitas maneiras, aproveitando materiais como o papel, a madeira, tecidos. Eu mesma tenho em casa vários enfeites que foram feitos reaproveitando materiais", conta a servidora. Durante a semana será ainda lançado o concurso para escolha do *Servidor do ano* e a promoção *Sou feliz a*



1ª Corrida TJMG, realizada ano passado, durante a *Semana do Servidor*

toda hora. Haverá também oficinas e outras atividades culturais.

Corrida e caminhada

Para finalizar a comemoração, será realizada, pela segunda vez, a *Corrida TJMG* e *Caminhada De bem com a vida*. Realizadas em parceria com a Gerência de Saúde no Trabalho (Gersat), as atividades visam estimular hábitos saudáveis, para melhor qualidade de vida dos servidores. Flávia do Valle, coordenadora do Programa *Conhecendo o Judiciário* e participante da corrida, acredita

que o esporte também é um exercício de sustentabilidade: "Caminhar é uma atividade sustentável, pois é uma ótima maneira de se economizar combustível - quando substitui alguma forma de locomoção motorizada -, de não contribuir para a piora do trânsito nem da poluição do ar e, o melhor de tudo, gastar calorias e fazer higiene física e mental", estimula Flávia.

Para inscrições e detalhes da programação, estará disponível em breve no *Portal TJMG* um *hotsite* com as informações do evento. A 14ª *Semana do Servidor* é uma realização conjunta da Assessoria de Comunicação Ins-

tucional (Ascom), da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), da Secretaria de Planejamento e da Gerência de Saúde no Trabalho.

O evento terá o objetivo de estimular a participação de todos para um cotidiano de trabalho mais sustentável



Vanderleia Rosa

O apego ao animal pode ser grande... Mas maior ainda é a função biológica que ele tem na natureza. Despertar essa consciência é um dos objetivos do Projeto *Pássaros*, desenvolvido pelo Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte em parceria com a Promotoria Estadual do Meio Ambiente.

Criado há três anos, o projeto considerou o grande número de infrações cometidas contra o meio ambiente, em especial, a manutenção de pássaros da fauna brasileira em cativeiro sem autorização do órgão competente, e a necessidade de dar um tratamento específico a esse infrator. "O projeto permitiu concentrar todas as audiências de meio ambiente em um único dia da semana e desenvolver um trabalho de conscientização com esse público. Na maioria dos casos, os infratores são pessoas comuns, na faixa etária acima de 40 anos, sem folha de antecedentes criminais e que tiveram contato com a Justiça pela primeira vez", destacou a promotora Lilian Marotta, idealizadora do projeto.

As autuações desse tipo de infrator são feitas pela Polícia Militar, muitas vezes motivadas por denúncias de vizinhos, encaminhadas para a Polícia Civil e depois para o Juizado Especial

Criminal. As audiências são sempre marcadas para três terças-feiras do mês. A terça-feira restante é destinada a outros tipos de crimes ambientais (poda ilegal de árvores, deposição de resíduos sólidos, pichação etc).

Conscientização

Já na primeira audiência envolvendo pássaros, um diferencial: os infratores assistem a um vídeo sobre o meio ambiente, onde é reforçada a importância dos animais para a disseminação de sementes e preservação da espécie. Um exemplo destacado, no vídeo, é o da cotia, animal que consegue quebrar a semente da cotieira (espécie nativa da Mata Atlântica) e estocá-la. Por isso, é considerado um dispersor preferencial dessa árvore. Conforme lembrou a promotora Lilian Marotta, muitos infratores mantêm uma relação afetiva com os animais e desconhecem a interação dos mesmos com espécies vegetais.

Na maioria dos casos, a Promotoria do Meio Ambiente propõe a transação penal, que corresponde a um acordo. Dessa forma, evita-se o processo criminal. Nessa transação penal, define-se se o infrator deve frequentar cursos educativos sobre o meio ambiente, pagar presta-

ção pecuniária ou prestar serviços gratuitos a alguma entidade ligada ao meio ambiente. Além da transação penal, o infrator deverá também reparar o delito nas esferas cível e administrativa. Na área cível, o infrator deverá pagar uma indenização ao meio ambiente, ou seja, deverá compensar o meio ambiente pelo dano causado. Essa questão também é resolvida por meio do projeto. O valor a ser pago depende da espécie e do número de pássaros mantidos presos. Os valores arrecadados são utilizados para fomentar a educação ambiental. Já na esfera administrativa, a multa é cobrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Essa integração do Judiciário e Ministério Público já evitou, nesses três anos de trabalho, o ajuizamento de cerca de 2 mil ações civis públicas, gerando economia para o Estado e agilidade para a Justiça, informou a promotora Lilian Marotta.

Conforme ressaltou a coordenadora do Juizado Especial Criminal, juíza Flávia Birchall, o objetivo do trabalho desenvolvido pelo Juizado e pelo Ministério Público é aumentar a consciência da ilicitude e das consequências desse tipo de conduta e prevenir a reincidência. Co-

mungando dessa opinião, a promotora Lílian Marotta completou: "Atuamos de maneira a atender à função da pena, que é educar, punir e prevenir, e porque acreditamos que enquanto houver consumidor final haverá tráfico de animais silvestres".

As audiências são conduzidas por conciliadores - voluntários e estagiários - alunos dos cursos de direito, psicologia e serviço social. O Ministério Público, por meio do promotor, prepara a proposta para cada caso, anexando-a aos autos. Essa proposta é apresentada pelo conciliador ao autor da infração, que deverá estar assistido por advogado ou defensor público, durante a audiência. A Promotoria do Meio Ambiente acompanha cada uma das transações, cabendo ao juiz homologar o acordo criminal (transação penal) e cível (reparação civil).

Prestação de serviço

Os infratores prestam serviços em instituições diversas, mas o trabalho é sempre voltado para a preservação do meio ambiente. Pode ser desenvolvido em escolas, creches e parques da cidade. Cabe à Central de Cumprimento de Penas do Go-

Projeto

Pássaros

Conscientiza infratores

verno do Estado, outra parceira no projeto, definir o local onde o infrator prestará os serviços. Leva-se em consideração, entre outros critérios, a região onde ele reside. Eles também participam de cursos de conscientização promovidos pela Fundação Municipal de Parques. Conforme informou a juíza Flávia Birchal, os resultados do projeto são positivos, a reincidência é pequena e a maioria dos infratores entrega o animal espontaneamente.

A juíza informou que, após o cumprimento da transação penal,

é marcada uma audiência com os infratores para avaliar o projeto: "Nessa audiência, chamada de multitransatores, é possível ter um *feedback* e avaliar a eficácia do projeto e a necessidade de aperfeiçoamento".

Flávia Birchal atribui o sucesso do projeto à atuação conjunta de várias instituições. Entre elas estão o Ibama e outras entidades civis parceiras, como o Centro de Ecologia Integral (CEI) e o Projeto Manuelzão.

O apego ao animal pode ser grande... Mas maior ainda é a função biológica que ele tem na natureza



CNJ busca padronizar a Justiça Criminal

Marcos Xavier

A realização de mutirões carcerários, determinada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), completou um ano em agosto e, nesse período, contabilizou-se a soltura de 4,6 mil pessoas presas indevidamente em 12 estados brasileiros.

Segundo o desembargador Herbert Carneiro, que é membro da Comissão de Execução Penal do CNJ e participou das visitas realizadas pelo órgão no Piauí, Maranhão e Pará, 40 a 50% dos presos provisórios no País estão detidos em razão de processos que não estão sendo analisados a tempo e modo pelo Judiciário.

Tendo em vista a realidade constatada durante os mutirões e pelas inspeções da Corregedoria Nacional, o CNJ publicou uma portaria, no dia 25 de agosto, instituindo um grupo de trabalho para elaborar estudos e propor medidas concretas e normativas para a padronização do funcionamento das varas criminais de todo o País. Em sessenta dias, o grupo deve definir uma estrutura mínima necessária quanto ao espaço físico, equipamentos e pessoal, entre outras questões, com a finalidade de se garantir a efetiva tutela jurisdicional das varas criminais e de execução penal.

Padronização

Segundo o desembargador Herbert Carneiro, não se pode admitir que o sistema de Justiça seja diferenciado no País, funcionando bem em alguns estados e mal em outros, por isso a necessidade de padronização.

Herbert Carneiro reconhece que a atuação das varas criminais no País é lenta, "mas isso se deve à falta de infraestrutura", diz. Ele comenta que as va-

ras criminais de Minas, que lidam com uma média de três mil processos cada, contam com apenas oito servidores. Já no Piauí, segundo o desembargador, há apenas quatro servidores em cada vara. "É preciso dotar uma boa estrutura a essas varas de maneira uniforme em todo o País, além de oferecer uma formação permanente para os servidores", defende o magistrado.

Informática

A virtualização dos processos criminais é, para o desembargador, outro ponto fundamental para a agilização dos julgamentos. A

documentação virtual de atos processuais e a realização de interrogatórios e inquirições de testemunhas por videoconferência também são recomendações do CNJ.

Herbert Carneiro defende ainda que os sistemas de informática dos tribunais sejam interligados ao Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen) do Ministério da Justiça, que é alimentado nacionalmente, e ao Sistema de Informações Prisionais (Infopri), alimentado pelas polícias civis dos Estados.

Outra medida fundamental, segundo o desembargador, é a especialização das varas de execução criminal. Para ele, é necessário que haja varas específicas para penas alternativas, com equipes multidisciplinares para monitorar e fiscalizar seu cumprimento, e outras para penas privativas de liberdade.

Fiscalização

O CNJ terá um departamento para monitoramento e fiscalização do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas. A criação do departamento consta de projeto de lei que deve ser enviado ao Congresso Nacional.



Os mutirões carcerários já permitiram a soltura de 4,6 mil pessoas presas indevidamente em 12 estados brasileiros

“Não se pode admitir que o sistema de Justiça seja diferenciado no País, funcionando bem em alguns estados e mal em outros, por isso a necessidade de padronização”

Francis Rose

Três mil servidores, 150 juízes e circulação de 15 mil pessoas. Diariamente, o público que vai pessoalmente à Justiça, no Foro de Belo Horizonte, é maior, por exemplo, do que a população de Abre Campo, cidade na Zona da Mata mineira. O acervo em tramitação na capital é de nada menos do que 656 mil processos, distribuídos nos Juizados Especiais, em varas no Fórum Lafayette e em outros prédios da cidade. À frente do Foro da capital há um ano, acompanhando o funcionamento dessa engrenagem está o juiz Marco Aurélio Ferenzini. Em entrevista ao *TJMG Informativo*, o magistrado conta os desafios do cargo e fala dos esforços para melhorar o trabalho.

TJMG Informativo - Qual foi sua trajetória até a magistratura?

MAF - Cursei Direito em Juiz de Fora. Ingressei na magistratura em abril de 1992, depois de trabalhar 10 anos como advogado. A primeira comarca onde atuei foi Monte Azul, no Norte de Minas. Naquela ocasião, os juízes se deslocavam até 200 km para proferir sentenças, presidir audiências e sessões do Tribunal do Júri cooperando nas comarcas vizinhas. Eu cooperei em Porteirinha e Janaúba. Depois, fui juiz em Ervália e cooperei em Viçosa, Teixeiras e Abre Campo. Posteriormente, fui juiz nas comarcas de Carangola e Muriaé. Em 1999, fui removido, por permuta, para a 2ª Vara da Fazenda Pública, Falências, Concordatas e Registros Públicos de Contagem. O acervo, na época, era um dos maiores do Estado, com cerca de 22 mil processos. Em 2002, fui promovido para Belo Horizonte. Como juiz de direito auxiliar, atuei no Juizado Especial Cível do Gutierrez. Posteriormente, fui removido para a 9ª Vara de Família e, por último, para a Vara de Precatórias Criminais. Em 2007, tornei-me juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, respondendo pelo Norte de Minas. A partir de outubro de 2008, fui designado pelo corregedor-geral de Justiça, desembargador Célio César Paduani, para assumir a direção do Foro da capital.

TJMG Informativo - Quais os principais desafios na direção do Foro de Belo Horizonte?

MAF - O principal é conciliar as demandas administrativas. Na capital, são constantes os pedidos de mais espaço, mais servidores, mais juízes. Já o cidadão quer celeridade no atendimento e no julgamento dos processos. E é preciso também administrar

Trabalho pela efetividade da Justiça

Rossana Souza



Para reduzir a sobrecarga de trabalho nas secretarias, Marco Aurélio Ferenzini conta que foram criados setores para centralizar algumas atividades

as necessidades dos demais juízes. Além disso, o diretor do Foro precisa olhar questões como um elevador que não funciona, problemas na garagem e até juízes em licença. A vantagem é que a equipe de suporte é muito boa. As questões já chegam com andamento e possíveis soluções.

O CNJ diz algo que, às vezes, não queremos ouvir: cada juiz é responsável por seu acervo

TJMG Informativo - Que medidas têm sido adotadas para melhorar o trabalho da Justiça em Belo Horizonte?

MAF - Atualmente, não há como aumentar o número de servidores, apesar de a procura pelo Judiciário ser crescente. Então, adotamos algumas medidas para retirar atribuições das secretarias, já tão sobrecarregadas. Remanejamos servidores e criamos setores para centralizar algumas atividades. Futuramente, com a implantação do processo eletrônico, o trabalho deve ser ainda mais rápido.

TJMG Informativo - O que você considera hoje o maior desafio para um magistrado?

MAF - Garantir a efetividade da Justiça. O maior desafio é o magistrado conseguir ver que a decisão que proferiu teve resultados positivos.

TJMG Informativo - Neste ano, o CNJ estabeleceu metas para nivelar a atuação dos tribunais brasileiros. O que você pensa sobre isso?

MAF - O CNJ diz algo que, às vezes, não queremos ouvir: cada juiz é responsável por seu acervo. Não adianta julgar apenas os processos que estão sendo distribuídos agora, deixando para trás o que está no acervo.

TJMG Informativo - Como é o Marco Aurélio Ferenzini fora do trabalho?

MAF - Gosto de praticar exercícios físicos e de viajar. Também gosto muito de cozinhar, mas não tenho uma especialidade. Tenho duas filhas, Mariana, 26 anos, e Marcela, 21. Não gosto de futebol. Não gosto nem mesmo de assistir a partidas da Copa do Mundo.

Um ato de amor e responsabilidade

Manuela Ribeiro

Pode-se dizer que o seminário ítalo-brasileiro sobre adoção de crianças e adolescentes, realizado nos dias 11 e 12 de setembro, no Hotel Ouro Minas, atingiu plenamente o objetivo de promover o intercâmbio de experiências e a discussão de temas relativos à adoção.

Organizado pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), com o apoio da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e de entidades italianas, o evento contou com membros da Ceja e com uma comitiva italiana de 30 pessoas, entre magistrados, técnicos e membros de diversas entidades, além de 28 magistrados, técnicos e servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

Na abertura, o coordenador-geral de Justiça, desembargador Célio César Paduani, ressaltou a importância da iniciativa, lembrando que os laços entre Brasil e Itália se revelam na ascendência de vários brasileiros, e também em tradições como a língua e o Direito. Presidente da Corte de Crianças e Adolescentes de Bolonha, Maurizio Millo agradeceu a

acolhida de sua delegação e destacou a importância do entorno no desenvolvimento do indivíduo. "Para uma criança crescer é necessária toda uma comunidade. Tentamos conhecer a realidade do País para entender a cultura das crianças que recebemos", explicou.

Desafios e propostas

O procurador de Justiça Sérgio Abritta descreveu atribuições, composição e funcionamento da Comissão, ressaltando que o objetivo é sempre "assegurar a melhor família para a criança, e não o contrário".

Nesse sentido, ganham força medidas para restabelecer a criança em sua família de origem, na família estendida (avós, tios, primos), em seguida em famílias substitutas no território nacional. Apenas em último caso recorre-se à adoção internacional.

A juíza da Vara de Atos Infracionais da Infância e da Juventude, Valéria da Silva Rodrigues, falou sobre a nova lei de adoção e esclareceu sobre aspectos legais da adoção internacional de crianças e adolescentes e a cooperação entre Brasil

e Itália. A magistrada frisou o caráter criterioso do processo e a existência de leis específicas e de convenções internacionais, como a de Haia, para regular os trâmites processuais da adoção.

O desembargador Wagner Wilson discutiu a importância da medida como forma de evitar o longo período em abrigos e meio de permitir o convívio familiar para crianças e adolescentes abandonados. "Enquanto não estivermos em condições de retirar esse contingente das ruas, acolhê-las, mantê-las e educá-las, a adoção internacional é o melhor recurso", ponderou.

Ivan Ferreira da Silva, superintendente de Políticas para a Criança e o Adolescente do Governo de Minas, e Rosilene Barroso da Cruz, coordenadora técnica da Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, apresentaram políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente, assim como instrumentos e métodos de pesquisa de suas respectivas equipes para promover o bem-estar das famílias e o desenvolvimento social.

No fim, surpresa: um espetáculo de capoeira apresentado por crianças que atravessaram não apenas os 460 km que separam o Vale do Jequitinhonha da capital, mas obstáculos ainda maiores para resgatar sua autoestima e reencontrar o caminho da cidadania.

O objetivo é sempre "assegurar a melhor família para a criança, e não o contrário"

Autoridades brasileiras e italianas discutiram temas relativos à adoção

Rossana Souza



PAI-PJ participa de evento de Segurança Pública



Renata Mendes

Manuela Ribeiro

Apesar dos revezes, a busca por uma sociedade inclusiva vem ganhando força. Nesse combate, o Poder Judiciário tem atuado em muitas frentes: na execução penal, na promoção das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs), no incentivo à adoção, no trabalho com menores infratores.

Vários projetos do TJMG vêm introduzindo modelos pioneiros que acabam sendo implantados em nível nacional. É o caso do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), que acompanha os processos criminais nos quais o réu ou sentenciado é ou apresenta indícios de ser portador de sofrimento mental.

O PAI-PJ participou, em agosto, da "Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania" da "1ª Conferência Nacional de Segurança Pública" (Conseg), realizada em Brasília.

O evento reuniu trabalhos de todo o país com a finalidade de divulgar experiências promissoras e/ou inovadoras na área da segurança pública, permitindo que os responsáveis pudessem expor seus métodos e resultados, bem como trocar informações com profissionais do setor público e da sociedade civil. A mostra funcionou não só como

um instrumento para o registro de iniciativas bem sucedidas, mas também como uma vitrine.

De Minas para todo o Brasil

Até a inserção definitiva na lista de experiências selecionadas para se apresentarem na Feira de Conhecimento, o PAI-PJ enfrentou três etapas de avaliação. O grupo final contava com 45 projetos de reconhecida relevância na área de segurança pública, dos quais quatro eram mineiros.

De acordo com sua coordenadora, a psicóloga Fernanda Otoni de Barros, o PAI-PJ foi o único programa do Judiciário a ser

escolhido. A visibilidade conquistada, "um atestado público importante", poderá abrir caminho para a sua implementação em todo o país.

Na mesma ocasião, em outra demonstração de reconhecimento, a servidora do TJMG teve sua pesquisa premiada no Concurso Nacional de Monografias em Segurança com Cidadania. Professora Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza. A cerimônia de premiação ocorreu na abertura da Feira de Conhecimento.

A psicóloga também foi convidada para integrar uma comissão nacional que se dedicará à revisão da Lei de Execução Penal, nos artigos

Fernanda Otoni foi convidada a integrar uma comissão nacional que irá revisar a lei de Execução Penal

que tratam especificamente do infrator com sofrimento mental.

Cooperação

Orientado pelos princípios da reforma psiquiátrica, o PAI-PJ é formado por uma equipe multidisciplinar de psicólogos, assistentes sociais e bacharéis em Direito, colaborando com o Ministério Público e o Executivo e fornecendo subsídios para suas decisões.

O programa, que faz parte do movimento antimanicomial, surgiu em 1999, após a realização de uma pesquisa por estudantes do Centro Universitário Newton Pava. Foi implantado pelo TJMG um ano depois, caracterizando-se pelo baixo índice de reincidência, praticamente zero, de cerca de 600 pacientes infratores.

Orientado pelos princípios da reforma psiquiátrica, o PAI-PJ é formado

por uma equipe multidisciplinar de psicólogos, assistentes sociais e bacharéis em Direito

John Ford no *Cineclube TJ*

Lucas Loyola

Rodado por John Ford, em 1946, *Paixão de Fortes* (My darling Clementine) gira em torno do célebre duelo no O.K. Corral (Tombstone-Arizona), protagonizado por duas das mais lendárias figuras do Oeste americano: Wyatt Earp (Henry Fonda) e Doc Holliday (Victor Mature).

Filme nostálgico e de forte carga dramática, *Paixão de Fortes* é a expressão máxima do *western* que recria, de forma inteligente, sensível e heróica, a relação do homem com a terra e suas raízes. Além de um faroeste eletrizante é, também, uma história romântica com os ingredientes clássicos do gênero: triângulo amoroso, ciúmes, vingança, amor e ódio.

Paixão de Fortes é a atração do *Cineclube TJ*, no dia 29 de outubro, às 19h, no auditório do Anexo II, na rua Goiás, 253, 3º andar. A entrada é franca.



Divulgação

CLICK DO LEITOR

Edna Aparecida

Localizado a 5 km da cidade de Araxá/MG está o Barreiro, a mais bela e maior estância hidromineral do continente, com suas fontes de águas sulfurosas e radioativas que trazem inúmeros benefícios à saúde. O Grande Hotel, cercado por parques e jardins, é o lugar ideal para relaxar e apreciar a beleza ou, ainda, praticar esportes radicais.

Edna Aparecida de Oliveira - oficial de apoio judicial/Sacramento

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor* envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.

